

Negociação está descartada

O corte no orçamento dos Ministérios, que começou a ser enviado ontem aos ministros é inegociável. O Ministério do Planejamento, que realizou sozinho a tarefa de cortar programas, esvaziar órgãos e Ministérios e transferir encargos para Estados e municípios, no processo de adaptação do orçamento à nova Constituição que ficou conhecido como Operação Desmonte, encerrou ontem à noite a análise das propostas de orçamento de todos os Ministérios e começou a devolvê-las com os respectivos cortes. Segundo fontes do Planejamento, não caberá discussão sobre o que foi cortado. Está em aberto apenas o remanejamento de recursos dentro do limite aprovado pela Seplan. Qualquer modificação, somente poderá ser feita pelo Congresso Nacional.

Ontem à noite, o secretário de Orçamento e Finanças, José Ribas, fez uma reunião final com seus coordenadores, que hoje e domingo estarão de plantão no órgão para entregar aos representantes dos

Ministérios as respectivas peças orçamentárias, já aparadas pela tesoura do Planejamento.

Sem oxigênio

“Ministérios e órgãos vão morrer de morte natural”, comentam assessores do ministro João Batista de Abreu, numa referência ao esvaziamento de Ministérios como o da Habitação e Urbanismo, do Interior e empresas como a Embraer. Ao invés de decidir a priori pela extinção, o Governo “corta o oxigênio” desses Ministérios e outros órgãos e empresas. Os que não desaparecerem serão depois redimensionados.

O Ministério da Habitação e Urbanismo, por exemplo, perderá sua razão de existir porque o artigo 23 da nova Constituição diz que a construção de moradias e saneamento básico será tarefa conjunta da União, Estados e municípios, mas não faz qualquer vinculação de receita para esse fim.